

A REPRODUÇÃO CAMPONESA NA CONTRAMÃO DA FORMALIDADE DO CAPITAL

THE PEASANT REPRODUCTION IN THE CONTER ORDER OF THE FORMALITY OF THE CAPITAL

Anderson Bem

Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná
anderson_bem@yahoo.com.br

Rosemeire Aparecida de Almeida

Professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
raalm@ceul.ufms.br

Resumo

Este artigo consiste numa reflexão teórica a respeito da reprodução camponesa na sociedade capitalista de produção. Para tal exercício recorreremos a teoria produzida pelos estudiosos que se propuseram e se propõem estudar o campo brasileiro, como Oliveira (1995, 1996), Martins (1995), Abramovay (1994, 1998), Veiga (1991, 1994), Graziano da Silva (1996), Graziano Neto (1994), dentre outros. Contrapomos a teoria à realidade concreta que boa parcela da população camponesa tem forjado para se perpetuar no campo brasileiro, a exemplo das feiras de agricultores; criação e recriação de indústrias domésticas e venda in-natura (informalidade) dos produtos do campo na cidade. Apresentamos um conjunto de informações baseadas na situação concreta da reprodução camponesa no Brasil, que tem nos sinalizado que a recriação camponesa tem sido garantida em muitos casos por meio de mecanismos não formais de mercado, que são em nosso entendimento, formas de resistência à formalidade do capital personificada no capital financeiro, comercial e industrial. A comercialização informal de leite no Brasil cresceu 129% na década de 1990 (SEAB, 2000), o que evidência a resistência camponesa à formalidade do capital.

Palavras-chave: Reprodução camponesa, Comercialização informal de leite, Formalidade do capital, Desenvolvimento desigual, Capitalismo.

Abstract

This article is a theoretical reflection about the reproduction of peasant production in capitalist society. For this exercise we appeal the theory produced for the studioses that they had been considered and if they consider to study the Brazilian field, as Oliveira (1981, 1996), Martins (1995), Abramovay (1994, 1998), Veiga (1994), Graziano da Silva (1996), Graziano Neto (1994), and many others. We oppose the theory to the

reality that good parcel of the peasant population has forged to perpetuate itself in the Brazilian field, as the example of the fairs of agriculturists; creation and recreation domestic reproducing of industry and commercialization in-nature(informality) of the products of the field in the city. We present a set of information based on actual situation of peasant in Brazil, which has signaled that the rebuilding peasant has been guaranteed in many cases through non-formal market mechanisms, which are in our view, forms of resistance to the formality capital embodied in the financial capital, commercial and industrial. The informal commercialization of milk in Brazil grew 129% in the 1990s (SEAB, 2000), which evidences the peasant resistance to the formality of the capital.

Keywords: Reproduction peasant, Informal milk commercialization, Formality of the capital, Unequal development, Capitalism.

Introdução

O que norteia essa reflexão é a possibilidade de se compreender a realidade concreta criada pelos camponeses para se reproduzirem no campo. Embora boa parte da população camponesa tenha se reproduzida no viés de uma integração mais forte ao mercado, baseada na subordinação ao capital industrial, comercial e financeiro. Outra parte tem se reproduzido por meio de lutas como é o caso dos sem terras, principalmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Todavia, a questão das lutas no campo, nos parece que vai além dos movimentos de luta pela terra, caminhando em sentido paralelo a questão agrária e sua contradição no capitalismo. É nesta perspectiva que ressaltamos a questão da luta e da resistência dos camponeses para se reproduzirem no campo, na *terra de trabalho* (MARTINS, 1995).

A nossa investigação primeiramente se atém à questão da produção teórica a respeito da reprodução camponesa no espaço agrário brasileiro. Nesse momento destacamos três interpretações teóricas que a nosso ver têm influenciado os estudos sobre o campo brasileiro, a saber: a compreensão da industrialização do campo, a da viabilidade da produção familiar ao mercado, e do desenvolvimento desigual e contraditório da expansão do capitalismo no campo e da resistência camponesa.

Mais adiante, procuramos dar exemplos de algumas das mais variadas formas (estratégias), encontradas pelos camponeses para se reproduzirem enquanto tais, sujeitos históricos contraditórios do capital, ao mesmo tempo em que são proprietários, também

são trabalhadores. (ALMEIDA, 2006, p. 84-86). Assim apresentamos um conjunto de informações que nos induzem a interpretar a reprodução camponesa, como luta contra a formalidade do capital em seu conjunto, que se manifesta no campo através da sujeição da renda da terra ao capital (MARTINS, 1995), (OLIVEIRA, 1995, 1996).

Verifica-se que o peso do capital industrial assentado na circulação da produção camponesa, tendo com intuito assegurar a extração da renda camponesa, caracterizada pela relação de formalidade capitalista baseada em normas e regras de mercado, tem pressionado os camponeses a aumentarem o grau de exploração de seu trabalho sobre a terra devido à pressão exercida pelo caráter expropriador do capital. Todavia, os camponeses têm criado na sua labuta diária na terra e no seu relacionamento com o capital, outras formas de reprodução caracterizadas pela resistência à formalidade do capital:

No presente texto, o termo formalidade do capital é utilizado para se referir à integração dos agricultores com a indústria como forma de expansão e reprodução do capitalismo no campo. No entanto, a formalidade no campo só tem sentido quando o conceito de informalidade no campo passa a surgir. Um exemplo dessas denominações é a que o Sistema Agroindustrial do Leite utiliza para diferenciar os produtores em formalizados e os informais. Todavia, a questão central ultrapassa essas meras denominações, uma vez que, a fuga em relação aos mecanismos formais do capital se torna cada vez mais necessário para boa parte dos camponeses que buscam se reproduzir no campo brasileiro. Não se trata de sonegação de impostos ou de burlar regras sanitárias, o que está em jogo é a fuga da venda do produto in natura para a indústria, uma vez que a venda direta do camponês para o consumidor lhe permite diminuir a exploração capitalista sobre a renda da terra.

Este é o caso reprodução das pequenas indústrias domésticas no campo, das feiras dos produtores, dos laços de solidariedade e de cultura, e principalmente da venda in natura do produto, que muitas vezes, atribuí-se o caráter de informalidade (proibição), como é o caso do leite.

Leituras teóricas a respeito da reprodução camponesa no espaço agrário brasileiro

A compreensão da expansão do capitalismo sobre o campo brasileiro apresenta leituras teóricas bem distintas que se contrapõem. O exercício teórico de interpretação da questão agrária brasileira vem sendo objeto de estudo de várias ciências como a sociologia, história, geografia, economia, agronomia dentre outras.

Todavia, essas investigações teóricas realizadas pelas pesquisas têm sido norteadas segundo certos paradigmas teóricos de compreensão da questão agrária. Nesta breve discussão, procuraremos destacar três interpretações distintas sobre a questão agrária: o pressuposto da industrialização do campo, o pressuposto da viabilidade da produção familiar ao mercado e, o pressuposto do desenvolvimento desigual e contraditório da expansão do capitalismo no campo e da resistência camponesa.

A compreensão da industrialização do campo está assentada na matriz teórica de Kautsky (1972) e Lênin (1985) que pressupõe a industrialização do campo como condição universal do avanço das forças produtivas capitalistas sobre o campo. Nessa compreensão, os camponeses são creditados pelo processo de diferenciação social que pode culminar no seu desaparecimento. Graziano da Silva (1996) e Graziano Neto (1994) vão nesta direção, principalmente no que se refere à condição irreversível do avanço do capitalismo sobre a agricultura.

Para Graziano da Silva (1996), com o desenvolvimento do capitalismo no campo, a agricultura passa a ter uma nova dinâmica, dependendo cada vez mais da indústria, a jusante e a montante. Nessa nova lógica, a indústria passa a comandar o que vai ser produzido no campo, ou seja, segundo a compreensão desse autor, a produção camponesa perdeu o seu espaço no circuito alimentar das grandes metrópoles, pois ela não é mais necessária para abastecer de alimentos o mercado interno. A partir desse momento a agricultura se industrializa e torna-se subordinada direta ao capital.

É o caráter social e irreversível da industrialização da agricultura que permite a criação de um verdadeiro proletariado rural, estreitando-se a possibilidade de reprodução de formas interdependentes da pequena produção ou de formas em que o trabalhador mantém o controle do processo de trabalho [...] a industrialização da agricultura determina a passagem da subordinação indireta para a subordinação direta do trabalho ao capital (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 34).

Nesta perspectiva, a industrialização da agricultura é vista como um processo único, não havendo assim, alternativas para os agricultores. Conforme o autor, a industrialização da agricultura promove a subordinação direta da agricultura à indústria em que as relações tidas como tradicionais como familiares e a parceria entre outras formas, agora, passam a dar lugar a relações do tipo assalariadas.

Outra concepção da homogeneização do capitalismo no campo é a de Graziano Neto (1994) que vê como única saída para o pequeno produtor a integração ao complexo agroindustrial.

O sistema de integração com a indústria [...] torna os agricultores dependentes das grandes empresas, é verdade. Mas é essa relação que permite os elevados níveis de produtividade dos produtos rurais, possibilitando a eles manterem níveis de vida bastante satisfatórios (GRAZIANO NETO, 1994, p. 241).

Para Graziano Neto (1994), a reforma agrária não é uma questão relevante, pois para ele em linhas gerais o trabalhador rural não luta pela propriedade da terra, mas sim, por melhores condições de trabalho e por salários. Uma reforma agrária socializada levaria a decadência da agricultura empresarial por falta de braços, gerando conseqüentemente uma crise de abastecimento alimentar urbana no país.

Assim, de acordo com a idéia do autor: “Os latifúndios se modernizaram. A agricultura se industrializou. Resta agora ao pensamento progressista superar-se”.(GRAZIANO NETO, 1994, p. 254). Nesta perspectiva os camponeses são: incapazes de abastecer com alimentos as populações urbanas do país, pois somente a empresa agrícola é capaz de produzir o excedente necessário para o meio urbano. Nesse sentido, a reforma agrária consiste em ideais retrógrados que não conduzem com a realidade atual do campo modernizado. É por isso que os camponeses estão condenados à condição de assalariados ou a crescente integração à indústria. O campo está modernizado, os camponeses não têm mais lugar no campo e as formas de comercialização informal fazem parte do passado.

Outra compreensão, da questão agrária e da reprodução camponesa é a da viabilidade da produção familiar ao mercado, assentada nas concepções teóricas de Abramovay (1994, 1998) e Veiga (1991 e 1994). Conforme esses autores, a questão da

produtividade e da adoção de tecnologias é fundamental para a sobrevivência da empresa familiar.

Os prejudicados pelo avanço tecnológico serão os agricultores mais retardatários [...] que, por este ou aquele motivo, não adotaram a nova tecnologia. Não poderão cobrir todos seus custos serão levados a sair do ramo.[...]

No contexto do livre mercado, a adoção de novas tecnologias força os agricultores participantes a pedalar um treadmill. E os que decidirem não pedalar serão empurrados à falência (VEIGA, 1994, p.79).

Na compreensão de Veiga (1994), somente os agricultores mais capazes de se adequar às novas tecnologias e de se adaptar no contexto do livre mercado continuarão na atividade agrícola, sendo que os demais tidos como "retardatários", terão que abandonar o campo.

Outro elemento de análise para ambos os autores é a questão da intervenção do Estado, que deve atuar como fomentador de uma "política produtivista", assentada no progresso técnico. A respeito dessa intervenção do Estado, argumenta-se que:

Em vários países europeus, a intervenção da política fundiária é mais profunda que muitos planos de reforma agrária caracterizados como radicais na América Latina. A diferença básica é que o objetivo central das políticas fundiárias na França, por exemplo, nunca foi fundamentalmente distributivista, mas produtivista: tratou de adaptar a estrutura de posse e de uso da terra às exigências do progresso técnico (ABRAMOVAY, 1994, p. 106).

A questão da produtividade e sua relação com o progresso técnico é a via mais importante para o desenvolvimento econômico da agricultura, sobretudo a familiar. Assim, a agricultura familiar independe da dimensão da propriedade, mas sim da inovação tecnológica e da produtividade em média e grande escala.

Para Abramovay (1994, 1998) e Veiga (1991, 1994), a agricultura familiar tem papel fundamental no desenvolvimento econômico do país. Entretanto, a agricultura familiar concebida por estes autores, trata-se de uma empresa familiar no campo que tem uma estrutura favorável à adoção de novas tecnologias e tem facilidade de se adaptar ao mercado. Nesta compreensão, o agricultor familiar é concebido como uma superação do camponês, integrado a mercados parciais e incompletos. De acordo com

essa interpretação os agricultores do Sul do Brasil, encaixam-se nesse perfil como registra-se na seguinte passagem:

[...] integraram-se plenamente a estas estruturas sociais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material (ABRAMOVAY, 1998, p.126-127).

Mais adiante o autor afirma que:

O que Marx não podia antever, que estava totalmente fora de sua perspectiva teórica, é que o extermínio social do campesinato não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar como base para o desenvolvimento capitalista para agricultura (Ibid, p. 129).

Na concepção da corrente teórica da viabilidade da agricultura familiar no capitalismo, a produção familiar é tida como uma unidade de produção moderna mercantil. Neste sentido, Plein e Schneider (2003), fazem uso do conceito de *mercantilização* para compreender a lógica de reprodução familiar no campo. “O conceito de mercantilização permite compreender o que acontece com a agricultura familiar quando esta se insere, cada vez mais, nos mercados, seja através da venda de mercadorias, da compra de insumos para a produção, ou ainda, do acesso ao crédito”.(PLEIN; SCHNEIDER, 2003, p. 67).

Outra corrente teórica que estuda o campo brasileiro é a do desenvolvimento desigual e contraditório da expansão do capitalismo no campo e da resistência camponesa. A presença de camponeses, capitalistas e latifundiários, retrata bem a contradição do capital no campo. Esta corrente tem como seu principal representante: Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1996) e também incluímos José de Souza Martins (1995) que produziu enúmeras reflexões a respeito da contradição do capital no campo e da resistência camponesa ao capital. Embora fazendo uso de instrumentos analíticos um pouco distintos, os autores, enfocam a questão camponesa como condição de existência

contraditória no modo de produção capitalista. Nesta compreensão, os camponeses não são sujeitos de fora, ou seja, a-históricos, mas sim, parte integrante do todo que compõe o sistema capitalista.

Para Oliveira (1996), o desenvolvimento do capitalismo no campo se dá de forma desigual e contraditória:

O desenvolvimento do capitalismo se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo (OLIVEIRA, 1996, p. 18).

O desenvolvimento desigual e contraditório do capital pressupõe seu desenvolvimento não somente por relações sociais capitalistas, mas também que lhe é necessário a articulação com as relações não-capitalistas. Assim, as relações de produção camponesas convivem com as de produção tipicamente capitalistas. Ao mesmo tempo em que o capital expropria o camponês em alguns lugares, em outros ele cria condições para a sua reprodução, para que assim possa haver a subjugação do trabalho camponês ao capital.

Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista, significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não-capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados de reprodução dessas relações não-capitalistas. (OLIVEIRA, 1996, p. 11).

Essa compreensão demonstra o caráter contraditório de expansão do capitalismo no campo. Ao mesmo tempo em que as relações de produção tipicamente capitalistas crescem no campo, também ocorre o mesmo com as relações baseadas no trabalho familiar.

[...] o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas (OLIVEIRA, 1996, p. 20).

Partindo do pressuposto da contradição do capital estudada por Marx, Martins (1995), reforça a ideia do desenvolvimento desigual e argumenta que a questão agrária se insere nas contradições engendradas pelo próprio capital, pois:

[...] a resistência camponesa não expressa seu sentido num universo particular e isolado, camponês; que à resistência a expropriação, ao capital, vem de dentro do próprio capitalismo. Que essa resistência só adquire sentido pela mediação das contradições fundamentais que contrapõem operários e burgueses, pois a questão agrária é uma entre outras expressões das contradições do capital. (MARTINS, 1995, p. 17 -18).

Na análise de Martins (1995) o camponês se expressa como um sujeito histórico, produto do desenvolvimento do capital, este que em sua lógica de acumulação procura aumentar a sujeição da renda da terra ao capital. É nessa tendência de subjugação do camponês às leis do capital, que a resistência camponesa assume um sentido concreto de luta para permanecer na terra ou também, para entrar nela. O autor destaca que a terra para os camponeses assume a denotação de *terra de trabalho*, diferente do capitalista que a visualiza como uma forma a mais de garantir a exploração contínua do trabalho e dar-lhe o cunho especulativo.

No pressuposto da compreensão da resistência ao capital, os camponeses podem ser situados e localizados como sujeitos históricos, produtos da própria contradição do modo de produção capitalista, que cria e recria a divisão da sociedade em classes sem decompor as suas anomalias e disformidades, que por sua vez são tragadas, reproduzidas e integradas ao conjunto. Neste contexto, Amim e Vergopoulos (1986, p. 155) destacam que:

[...] o corpo do capital é disforme, distorcido, irregular; por isso não se trata de fixar as diferenças ou de ultrapassá-las precipitadamente. Trata-se, sobretudo, de respeitar os elementos diferenciais e retornar o princípio único que assegura a noção diferencial do conjunto do sistema.

A reprodução camponesa na contramão da formalidade do capital

A reprodução camponesa embora seja visualizada por diferentes correntes teóricas que fazem uso de conceitos e ferramentas de leitura da realidade, é fato incontestável a permanência dos camponeses no campo brasileiro, independente da sua denominação (agricultor familiar, produtor familiar, sitiante, colono, pequeno produtor etc.). Todavia a abordagem conceitual apesar de ser uma construção teórica, carrega em si um conteúdo político e ideológico. Utilizamos o termo **camponês** para se referir as relações sociais de produção não-capitalista no campo, pelo fato dessa conceitualização trazer em si, historicamente, a questão do enfrentamento ao capital e reconhecimento do seu lugar no espaço social conflitivo das lutas de classes, em que se apresenta também o capitalista industrial, os latifundiários, o capital comercial e bancário como personificação da ordem dominante do modo de produção capitalista.

Embora haja boa parcela de camponeses que se reproduzem de forma mais integrada ao capital industrial, comercial e financeiro, outra se encontra na luta contra a transferência de renda da terra ao capital, pois a técnica, a ciência e o capital estão a serviços das grandes firmas (SANTOS, 2001). Por isso, a reprodução camponesa quase sempre se faz no universo de subordinação da renda da terra ao capital. No entanto, os camponeses constantemente questionam a ordem dominante do capital.

Milton Santos (2001), em seu livro “Por uma outra globalização” aponta no sentido da compreensão do período em que vivemos. Este se tratando de uma globalização perversa promovida pelo grande capital denominada de verticalidades (lógica dominante de reprodução do capital baseada em regras e normas do capital hegemônico), que muitas vezes são contrapostas por um movimento dialético surgido do próprio lugar na produção da existência do cotidiano (horizontalidades) que contesta a ordem do capital, já que esta é portadora da desigualdade e da exclusão social. Em relação à imposição da racionalidade do capital hegemônico o autor argumenta que:

Uma boa parcela da humanidade, por desinteresse ou incapacidade, não é mais capaz de obedecer a leis, normas, regras, mandamentos, costumes derivados dessa racionalidade hegemônica. Daí a proliferação de “ilegais”, “irregulares”, “informais”. [...]

Na esfera da racionalidade hegemônica, pequena margem é deixada para a variedade, a criatividade, a espontaneidade. Enquanto isso, surgem, nas outras esferas, contra-racionalidades paralelas corriqueiramente chamadas de irracionalidades, mas que na verdade constituem outras formas de racionalidade. Estas são produzidas e mantidas pelos que estão “embaixo”, sobretudo os pobres, que desse modo conseguem escapar ao totalitarismo da racionalidade dominante (SANTOS, 2001, p. 120-121).

Embora Santos (2001) não se debruçou em compreender a realidade camponesa propriamente dita, sua reflexão para entender a ordem global da produção da sociedade capitalista, traz contribuições para pensarmos a questão das formas e estratégias criadas pelos camponeses para se reproduzir no universo da sociedade marcada pela imposição da racionalidade do capital dominante.

Numa das grandes bacias leiteiras do Paraná, município de Marechal Cândido Rondon, formada por camponeses, constatou-se que mesmo em áreas dinâmicas como essa, assiste-se a prática da informalidade (venda in-natura do produto), que longe de ser um desvio de conduta ou de clandestinidade como argumentam os teóricos do SAG (Sistema Agroindustrial do Leite), (JANK, FARINA; GALAN, 1999), se manifesta como um mecanismo de resistência camponesa frente ao capital industrial, personificado nos laticínios regionais. (BEM, 2003).

Constatamos através de pesquisa a campo no município de Marechal Cândido Rondon – PR em 2004, que uma parcela dos camponeses fazem uso da comercialização informal de leite como forma de auferir um preço mais digno pelo produto, este variando 150% no preço pago pelos laticínios, perfazendo uma diferença paga pelos consumidores urbanos. No caso destes camponeses, esta prática foi criada como alternativa crucial para continuarem na terra e nela trabalharem. Conversando com eles notava-se claramente um descontentamento com as “cooperativas”, inicialmente fundadas no seio da comunidade e que no momento se transformaram em verdadeiras empresas capitalistas.

A comercialização informal de leite se manifesta hoje, no campo brasileiro, como um mecanismo de resistência frente ao capital, personificado nas indústrias de laticínios (BEM, 2006).

De acordo com dados da SEAB (Secretaria de Estado e Abastecimento) de (2000), a informalidade na comercialização de leite no Brasil, cresceu 129% durante a década 90 do último século.

Testa et al. (2003), em seu estudo na região Oeste de Santa Catarina, constataram que o preço pago por litro de leite pelos laticínios aos camponeses tinha uma diferença de 35 % entre o grupo de menor venda em relação ao grupo de maior venda mensal. Estes observaram que os laticínios tanto privados como cooperativistas, há algum tempo vinham utilizando mecanismos para aumentar a extração de renda dos camponeses produtores de leite. Dentre eles, destaca-se a política de bonificação por produção, que paga um preço diferenciado de acordo com o volume da produção.

Para Testa et al. (2003), a política de bonificação ao invés de aumentar a produção na região tem inibido a mesma. Isso porque, essa política adotada pelos laticínios é extremamente excludente, uma vez que desestimula os pequenos produtores a incrementarem sua produção.

Testa et al. (2003) ainda, destacam que o uso dos mecanismos de pressão exercidos pelos laticínios sobre os produtores de leite, não fizeram os camponeses se especializarem na atividade leiteira, pois a policultura é uma característica inerente aos camponeses.

Corona e Possamai (2003) pesquisaram as indústrias familiares de leite na Microrregião de Pato Branco no Estado do Paraná. Verificaram a existência de vinte indústrias familiares. Destas, nove estavam num grau mais avançado de especialização (questão física, técnica e inspeção sanitária) e onze delas, atuavam de forma informal com a convivência das prefeituras municipais.

Na pesquisa as autoras, constataram que a industrialização do produto possibilitou a maioria das famílias o aumento da renda mensal.

Mesquita (2002) ao estudar os camponeses produtores de leite de Minas Gerais, observou que o processo de integração dos mesmos com a indústria não é uma via

única, pois as relações não são tão simplistas no processo de subordinação, ou seja, os agricultores constroem relações / estratégias para garantir sua reprodução no campo.

O pequeno produtor não integrado ou semi-integrado pode ser um negociante por excelência. Este caracteriza-se pela autonomia na condução de seu negócio, intensificando ou mudando as atividades conforme estas se lhes apresentem mais economicamente interessantes para o momento. Aos olhos da assistência técnica do complexo agroindustrial é classificado como imediatista, extrativista, safrista, ou simplesmente catireiro. Desenvolve uma atividade mais rústica em termos de técnicas. É relutante e, às vezes, céptico quanto às inovações tecnológicas, adotando novos métodos na medida de sua conveniência; tende a praticar paralelamente uma agricultura diversificada para subsistência e excedentes para negócio (MESQUITA, 2002, p. 25).

A distinção do comportamento camponês em relação às normas e regras do mercado capitalista causa estranheza em muitos pesquisadores e também em boa parcela da sociedade. Isso ocorre, porque a racionalidade camponesa contrasta com a racionalidade capitalista.

Menezes e Almeida (2006), ao estudarem as indústrias domésticas de queijo no Estado de Sergipe, constataram que as indústrias familiares de queijo teciam redes de solidariedade pelo território gerando emprego e renda e também captando 70% dos produtores familiares. As autoras verificaram ainda, que a maior parte dessas pequenas indústrias familiares estava na informalidade.

Em várias regiões e localidades do Brasil se processam relações marcadas por laços sociais e culturais que não correspondem à lógica global do capital, pautadas em regras e normas formais do mercado capitalista. Estes costumes e práticas adotadas pelos camponeses colocam em questionamento a tese do despojamento da ancestralidade camponesa defendida por Abramovay (1998).

O que se pode observar, é que os camponeses utilizam-se de vários mecanismos para se reproduzirem no campo. Muitas vezes, vão contra as normas e regras formais do capital. E por isso são tratados como bárbaros, conservadores, radicais (AMIM; VERGOPOULOS 1986).

A simples fórmula da mercantilização do espaço agrário, apontada por Plein e Schneider (2003), não dá conta dessas contradições inerentes à reprodução camponesa.

Partimos do pressuposto que a reprodução camponesa deve ser interpretada na perspectiva do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo. É nesta compreensão, que as lutas camponesas podem ser compreendidas e interpretadas na sociedade capitalista de produção, sociedade esta, que é mediada pelas lutas constantes entre as classes sociais que tem interesses distintos e antagônicos.

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc) onde o Estado desempenha a função fundamental da regulação. É pois, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terras (OLIVEIRA, 1995, p. 26-27).

Na concepção de Oliveira (1995) o território é resultado do processo contraditório de desenvolvimento das forças produtivas marcado por uma constante luta de classes pela socialização contínua da natureza.

Fabrini (2002) nos traz importantes apontamentos e reflexões para a questão da resistência camponesa, afirmando que os camponeses, bem como os proletários não estão condenados à exploração contínua do grande capital. As lutas dos camponeses como do proletariado se revelam como formas questionadoras do ordenamento social vigente. Conforme o autor:

É preciso reconhecer o potencial de resistência e transformação social implícita em ações que aparentemente são conservadoras, mas que trazem um conteúdo questionador das relações de dominação. A luta pela manutenção na terra é uma evidência desse potencial (FABRINI, 2002, p. 18).

O enfrentamento dos camponeses perante o capital não se faz somente na luta para entrar na terra, mas também para permanecer nela. Nesta perspectiva, emerge a resistência camponesa na recusa à proletarianização gerada pelo processo de expropriação imposto pelo capital.

A contradição e desigualdade das relações capitalistas estão no enfrentamento e na recusa a sua proletarização e pagamento da renda da terra que surge em descompasso ao desenvolvimento das forças produtivas. Se o capitalismo fecha seu futuro, os camponeses abrem a possibilidade de existência por meio de lutas e resistências (FABRINI, 2002, p. 52).

O caso mais explícito que afirma essa compreensão é o do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em sua maioria camponeses expropriados que lutam para retornar a terra. Entretanto, a questão da resistência extrapola os movimentos sociais e deve ser pensada também para além deles. (FABRINI, 2006).

Nesta mesma perspectiva, Almeida (2006, p. 24), aponta para a necessidade de se entender a resistência camponesa e seu sentido “[...] os camponeses interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital que tem na sujeição da terra, o seu filão de produção de capital [...]”

No interior da lógica da ordem do capital, os camponeses têm criado e encontrado estratégias para amenizar e diminuir a sua subordinação em relação ao capital industrial. Este é o caso da busca por alternativas como: as indústrias familiares, a produção orgânica, a formação de pequenas cooperativas, feiras e também da informalidade camponesa (venda direta do produtor ao consumidor).

A resistência camponesa tem se revelado no campo de diversas formas, assumindo num sentido geral o binômio: luta para entrar na terra e luta para permanecer na *terra de trabalho*.

Considerações finais

Se o capital cada vez mais tem pressionado os camponeses para aumentar o peso da sujeição da renda da terra ao capital, os camponeses, por sua vez, têm lutado para permanecerem na *terra de trabalho*. A manutenção da indústria doméstica no campo, a criação e recriação das feiras de produtores, a não-integração junto à indústria e a continuidade da comercialização informal de leite são uma prova disso.

A compreensão teórica do desenvolvimento desigual e contraditório da expansão do capitalismo no campo de Oliveira (1996) e a da resistência camponesa de Martins

(1995) fornecem subsídios teóricos para a investigação científica a respeito da luta camponesa para permanecer ou para entrar na *terra de trabalho*. Se o capital utiliza-se de todos os meios possíveis para estreitar a subjugação camponesa, os camponeses, por sua vez criam as armas que lhes garantem o processo de existência no campo.

A recusa dos camponeses à formalidade personificada em normas e regras do mercado capitalista se constitui em uma forma de resistência dos camponeses em relação a ordem dominante do capital.

Ora se o camponês contrasta com a racionalidade capitalista, é preciso não perder de vista que sua “perversão” subsiste e reproduz-se através de um processo de integração desta com aquela. Assim, podemos dizer que o grande perverso, que escapa a todas as construções teóricas racionais – tanto “burguesas” quanto “marxistas” – é o capitalismo (AMIM; VERGOPOULOS, 1986, p. 136).

Sendo assim, é preciso estabelecer os paradigmas teóricos e colocá-los à prova, ou seja, à luz da investigação da realidade, buscando na sua essência os caminhos da interpretação. E principalmente, no caso específico da reprodução camponesa contraditória do capital: “[...] é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa. É preciso captar o sentido dessa fala, ao invés de imputar-lhe sentido [...]” (MARTINS, 1995, p. 17).

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. e. Campinas: Hucitec e Unicamp, 1998.

_____. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. (Coord.) **A questão agrária hoje**. Porto Alegre. UFRGS, 1994.

ALMEIDA, R. A de . **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

AMIN, S; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. 2 e. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

BEM, A. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon – PR**. Monografia (Graduação em Geografia). Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2004.

_____. A informalidade de produtos do campo como estratégia de resistência camponesa frente ao capital industrial: o caso dos camponeses produtores de leite. In: **XIV Encontro Nacional de Geógrafos**. Espaço de Diálogos e Práticas. Rio Branco, 2006.

CORONA, H. M. P; POSSAMAI, E. Agroindústrias familiares do leite: uma estratégia de desenvolvimento da microrregião de Pato Branco / PR. **Cadernos de Economia – UNOCHAPECÓ**. Chapecó: ano 7, n. 12. jan/jun. 2003.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores sem terra do Centro Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP – UNIOESTE, 2002.

_____. Os movimentos sociais e a escala de resistência camponesa. In: **XIV Encontro Nacional de Geógrafos**. Espaço de Diálogos e Práticas. Rio Branco, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, UNICAMP, 1996.

GRAZIANO NETO, F. Recolocando A questão agrária. Plano de reforma agrária como fruto de uma análise equivocada. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre. UFRGS, 1994.

JANK, M. S; FARINA, E. M. Q; GALAN, V. B. **O agribusiness do leite no Brasil**. São Paulo: Milkibizz, 1999.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. Vol. 1. Tradução de João Antunes. Portucalense: Porto, 1972.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Tradução de José Paulo Neto. Revisão de Paulo Bezerra. 2 e. Nova Cultural (Os economistas): São Paulo, 1985.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5 e. Petrópolis: Vozes, 1995.

MENEZES, S. de S. M.; ALMEIDA, M. G. de. Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo. **Revista NERA**; Presidente Prudente, ano 9, n. 8. pp.133-150, jan/jun. 2006.

MESQUITA, V. de. **Os pequenos produtores face às transformações no agronegócio do leite em Minas Gerais: Estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Lavras, Lavras – MG, 2002.

OLIVEIRA, A. U. de. **Agricultura camponesa no Brasil**. 2 e. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. Geografia e Território: Desenvolvimento e contradições na agricultura. IN: **Boletim de Geografia Teórica**, nº 25 (49-50), pp. 15 – 58, 1995.

PLEIN, C; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e mercantilização. In: CASTILHO, M. L; RAMOS, M **Agronegócio e desenvolvimento sustentável**. (editores) Francisco Beltrão, 2003.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6 e. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEAB- Secretária do Estado da Agricultura abastecimento. **Bovinocultura de Leite Prognóstico – 2000**. Curitiba: SEAB/DERAL/DCA, 2000. 53p.

TESTA, V. M. et al. **A escolha da trajetória de produção de leite como estratégia de desenvolvimento do Oeste Catarinense**. Florianópolis: Sar, 2003, p. 130.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. Fundamentos do Agromodernismo. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre. UFRGS, 1994.

*Recebido em 01/08/2010

Aceito para publicação em 26/02/2011